Portaria n.º 480/2017

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 1.º e nos artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, o seguinte:

1 — Nomear o 02474391 Sargento-Ajudante ADMIL Carlos Alberto Lopes Quintino Pedro para o cargo OJS ZIW 0070 — Staff Assistant (Staff Work Management), no Joint Force Command Naples (JFCNP), em Nápoles, República de Itália, em substituição do 11462287, Sargento-Ajudante TM Paulo Jorge de Jesus da Silva, que fica exonerado do cargo a partir da data em que o militar ora nomeado assuma funções.

2 — A duração normal da comissão de serviço do referido cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

3 — A presente portaria produz efeitos desde 5 de dezembro de 2017.

28 de novembro de 2017. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

310975106

FINANÇAS**Direção-Geral da Administração
e do Emprego Público****Aviso n.º 15331/2017**

Nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 214.º e n.º 1 do artigo 222.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na impossibilidade de notificação pessoal e por carta registada com aviso de receção para a última morada conhecida, notifica-se Manuel Ribeiro Tomás, técnico superior desta Direção-Geral, que por minha decisão, datada de 06-11-2017, proferida no âmbito do procedimento disciplinar n.º 1/DGA-DPG/DGAEP/2017, em que é arguido, foi-lhe aplicada a sanção de despedimento disciplinar, com início de produção de efeitos 15 dias após a publicação do presente aviso, nos termos do artigo 223.º do mesmo diploma. Mais se notifica que, nos termos do n.º 2 do artigo 225.º do citado diploma legal, dispõe do prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso, para, querendo, interpor recurso hierárquico para a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público ou recurso jurisdicional, podendo para o efeito consultar o processo nas instalações desta Direção-Geral, sita na Rua da Alfândega — 5 — 2.º, Lisboa, das 09h00 às 12h30 e das 14h às 17h30, mediante marcação prévia (dga@dgaep.gov.pt).

27 de novembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Joana Ramos*.

310964447

FINANÇAS E EDUCAÇÃO**Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento
e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação****Portaria n.º 481/2017**

Em resultado do Protocolo de Cooperação assinado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde, na cidade do Mindelo, em 2 de dezembro de 2012, através do Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro, foi criada a Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP).

Considerando o elevado interesse que a EPCV-CELP representa para os dois países, o Governo de Portugal, com o apoio do Governo de Cabo Verde, desenvolveu todos os esforços tendentes à edificação da primeira fase de construção da EPCV-CELP, para que a escola pudesse entrar em funcionamento no ano letivo de 2016-2017, com duas turmas do ensino pré-escolar e uma turma do 1.º e do 2.º ano do primeiro ciclo do ensino básico.

Pretendendo-se alargar a frequência da escola a outros níveis e ciclos de ensino, importa garantir a construção faseada, ao longo de três anos, das infraestruturas necessárias a albergar alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e, ainda, do ensino secundário.

Considerando que tal financiamento dará origem a encargos orçamentais em mais de um ano económico, torna-se necessário obter a

autorização para a extensão de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais neste âmbito.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nas suas redações atuais, e ao abrigo das competências delegadas nos termos do Despacho n.º 3485/2016, de 9 de março, e do Despacho n.º 1009-A/2016, de 20 de janeiro, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento e pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação, o seguinte:

1 — Fica a Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa autorizada a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de «Empreitada de Construção das Fases II, III e IV da Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa», até ao montante global de 2.320.000,00 € (dois milhões e trezentos e vinte mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato acima referido são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma:

a) Em 2018 (Fase II) — € 770 000,00, a que se acresce IVA à taxa legal em vigor;

b) Em 2019 (Fase III) — € 880 000,00, a que se acresce IVA à taxa legal em vigor;

c) Em 2020 (Fase IV) — € 670 000,00, a que se acresce IVA à taxa legal em vigor.

3 — Os encargos emergentes da presente portaria serão satisfeitos por verbas adequadas, inscritas ou a inscrever no orçamento da Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

4 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

16 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 11 de maio de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão*.

310995098

FINANÇAS E SAÚDE**Gabinetes dos Secretários de Estado
do Orçamento e da Saúde****Portaria n.º 482/2017**

O Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I. P.), procedeu à aquisição de serviços postais, celebrando para o efeito um contrato de aquisição destes serviços pelo período de três anos, pelo que foi necessário a autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

Através da Portaria n.º 181/2017, de 4 de julho, ficou o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I. P.), autorizado a assumir um encargo até ao montante de 975.000,00 € (novecentos e setenta e cinco mil euros), isento de IVA, referente à aquisição de serviços postais.

Por despacho de 30/07/2017 do Senhor Secretário de Estado do Orçamento foi autorizada a descativação no montante de 266.420,00 €, valor necessário para fazer face ao acréscimo de despesa anteriormente autorizada para o ano de 2017, decorrente da aquisição de serviços postais para a realização do processo eleitoral. Deste modo, torna-se necessária a alteração dos termos inicialmente estabelecidos na Portaria n.º 181/2017, de 4 de julho.

Assim, manda o Governo, pelos Secretários de Estado do Orçamento e da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação, no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, o seguinte:

1 — Fica o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P., autorizado a assumir um encargo de 1.241.420,00 EUR (um milhão duzentos e quarenta e um mil quatrocentos e vinte euros), isento de IVA, referente à aquisição de serviços postais.

2 — Os encargos resultantes do contrato não excederão, em cada ano económico, os valores seguintes:

a) 2017: 591.420,00 EUR, a que acresce IVA à taxa em vigor;